



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO  
ANÁLOGO AO DE ESCRAVO**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019**

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer realização de audiência pública para debater a estrutura administrativa e institucional da União para fiscalização e combate ao trabalho escravo no País.

Senhora Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de debater a nova estrutura administrativa e institucional de fiscalização e combate ao trabalho escravo no Brasil. Para tanto, encaminhamos a relação de debatedores (as):

I-Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

II- Ministério Público do Trabalho;

III- Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal – MPF, Dra. Deborah Duprat;

IV- Polícia Rodoviária Federal;

V- Conectas;

VI- Ministério de Direitos Humanos; e

VII- ONG Repórter Brasil.

## JUSTIFICAÇÃO

Por ato da Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, criou-se a presente Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo.

No requerimento de criação da desta Subcomissão, acolhido pelos nobres membros da CTASP, expusemos como objetivo inicial o diagnóstico e o acompanhamento dos mecanismos institucionais e governamentais já existentes de combate ao trabalho escravo e de proteção ao trabalhador.

As mudanças impostas pelo atual governo à estrutura administrativa do Poder Executivo na área trabalhista são de fato preocupantes. A extinção do Ministério do Trabalho privou o País de uma pasta específica dedicada à organização e fiscalização do trabalho. Diante disso, a estrutura de combate ao trabalho escravo posta de pé pelo Poder Executivo em administrações passadas foi desmantelada total ou parcialmente. Como a área de atenção à organização do trabalho do País está submersa na Pasta da Economia, será necessário obter informações sobre o organograma do setor, o posicionamento dos órgãos, o pessoal alocado, as relações com outros órgãos e poderes envolvidos nas tarefas de imposição da lei e de punição aos escravizadores. Precisamos entender a extensão do desmonte da estrutura então existente e conhecer o que restou e o que está sendo proposto, de modo a avaliar as possibilidades de cumprimento da obrigação do Estado brasileiro de combater sem tréguas a chaga do trabalho escravo no País.

São essas as razões que nos levam a requerer a realização dessa audiência Pública.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**